

NOTA À SOCIEDADE

A Câmara de Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Taquari - CIC Vale do Taquari -, representante de 19 entidades empresariais da região, com 3.200 organizações associadas, defende a livre-iniciativa, a concorrência salutar como meios de desenvolvimento e a intervenção mínima do Estado.

Vimos de público manifestar-nos a favor dos recentes protestos da sociedade brasileira, respeitando e endossando-os, pois visam racionalizar e tornar eficientes e eficazes os serviços do Estado em todos os níveis: Municipal, Estadual e Federal.

Para contribuir com esse esforço da sociedade em protagonizar as mudanças necessárias, posicionamo-nos claramente, como entidade classista empresarial, pelos pontos abaixo descritos:

1. Os gestores públicos e a classe política devem acenar com atitudes e ações práticas e ágeis, voltadas aos clamores da sociedade;

2. A reforma política é essencial. Porém, não acreditamos que só um plebiscito equacione as deficiências, os exageros e os privilégios que tornam o setor público pesado e pouco resolutivo;

3. Ouvidas nossas bases, ressaltamos as ações que - acreditamos - contribuam com as reformas que corresponderão à seriedade e à urgência de respostas que o clamor das ruas requerem:

a) Tornar prioritária as responsabilidades básicas do setor público: Educação, Saúde, e Segurança Pública;

b) Tornar ágil os investimentos em infraestrutura, inclusive em parceria com a iniciativa privada;

c) Profissionalizar os gestores e os servidores públicos, trabalhando com metas, prazos e a necessidade da geração de resultados, adotando o planejamento estratégico como ferramenta;

d) Enxugar a máquina pública; reduzir o tamanho dos legislativos federais, estaduais e municipais – extinção de CCs, Secretarias, Ministérios e órgãos que não cumprem suas funções;

e) Promover uma reforma política consistente incluindo pontos como: apenas dois mandatos por cargo, fim das coligações (inclusive brancas) e das emendas parlamentares, instituição do voto distrital – e não por lista – e unificação das eleições em todos os níveis, com mandatos de seis anos;

f) Fazer a reforma tributária ampla e não parcial, diminuindo seu percentual em relação ao PIB nacional, baseada numa legislação tributária menos complexa e burocrática, com distribuição mais justa do bolo tributário entre municípios, estados e união, a fim de que haja mais justiça e bem-estar social;

g) Solucionar a crise moral e a impunidade que permeiam a sociedade, penalizando exemplarmente os homens e instituições que se valem do bem comum público em benefício próprio, fazendo-os, obrigatoriamente, devolver, com atualização monetária e pesada multa, todos os valores apropriados indevidamente;

h) Tratar a dívida pública em geral como coisa séria, especialmente a do estado do Rio Grande do Sul, que torna inviável o seu crescimento e desenvolvimento;

i) Revisar os programas sociais, como o Bolsa Família, importantes para a inclusão social, minimização da fome e a dignificação da pessoa. Porém, com contrapartidas e datas para início e fim, para que deixem de ser instrumentos que tornam as pessoas dependentes, para tornarem-se ferramentas que as promovam a um patamar econômico e social digno;

j) Reformar o código penal, reduzindo a impunidade e tornando a reclusão do contraventor efetiva e mais ampla, inibindo, enfim, a criminalidade;

k) Reformar o sistema prisional para que o apenado produza para sustento próprio e da família e mantenha-se ocupado com algo produtivo, que possibilite sua reinclusão social;

l) Lutar e desenvolver ações pela efetivar as pautas regionais, com destaque para as da área de infraestrutura:

- Conclusão rápida da duplicação da BR-386 – trecho Estrela/Tabaí (RS);

- Duplicação da rodovia Venâncio Aires/Muçum;

- Intensificar o uso do terminal rodo-hidroferroviário do Porto de Estrela, com apoio no porto de Taquari e no embarcadouro de Mariante/Venâncio Aires, integrando-os à Hidrovia do Mercosul;

- Investir em estruturas de geração e de transmissão de energia elétrica, para assegurar o desenvolvimento futuro da Região;

- Construção de acessos pavimentados a municípios desprovidos deles;

- Implantação de aeroporto regional;

- Dar presteza às licenças ambientais (Fepam, Ibama e outros órgãos) e modernizar a respectiva legislação, com a conotação da promoção de um desenvolvimento sustentável.

Oreno Ardêmio Heineck,
presidente da CIC Vale do Taquari